



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

JOÃO CARLOS CARDOSO

**A DIMENSÃO FILOSÓFICA DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA
DE PAULO FREIRE (1965-1970)**

Vitória – ES

2025

JOÃO CARLOS CARDOSO

**A DIMENSÃO FILOSÓFICA DA EDUCAÇÃO
LIBERTADORA DE PAULO FREIRE (1965-1970)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de Filosofia da Universidade
Federal do Espírito Santo, como requisito parcial
para obtenção do grau de bacharel em filosofia.

Orientador: Dr. Marco Rampazzo Bazzan

Vitória – ES

2025

JOÃO CARLOS CARDOSO

**A DIMENSÃO FILOSÓFICA DA EDUCAÇÃO
LIBERTADORA DE PAULO FREIRE (1965-1970)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo, Título: A DIMENSÃO FILOSÓFICA DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA DE PAULO FREIRE, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em de março de 2025.

Dr. Marco Rampazzo Bazzan
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Dr. Marcelo Martins Barreira
Universidade Federal do Espírito Santo

Dr. Maurício Abdalla Guerrieri
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha própria vida, por me permitir compreender minhas potencialidades e limitações, ensinando-me a buscar sempre o conhecimento e o crescimento. Aos meus pais, José Cardoso e Benedita Preto Cardoso (em memória), que me ensinaram que a vida é difícil, mas também bela, e que, com perseverança e coragem, podemos seguir em frente.

À minha família, minha esposa Fátima Regina e meu filho Ian Cardoso, pelo apoio constante, e à minha sogra Aidê Nunes, por ser uma grande pessoa e sempre estar presente quando precisei de sua ajuda.

Aos meus dois irmãos remanescentes de São Paulo, Mauro e Paulo, onde sempre me incentivaram e isto foi fundamental em minha trajetória. Aos meus amigos e irmãos, em especial ao bibliotecário Jorge, quero agradecer de coração, pois, assim que pedi ajuda para correções no texto, ele aceitou de imediato. E também aos meus amigos e filhos de coração, o mestrando em Filosofia da UFES, Wellington, e o mestrando de Química da UFES, Madson.

Um agradecimento especial ao meu professor e orientador Marco Rampazzo Bazzan, pela paciência diante das minhas limitações acadêmicas e pelo apoio essencial nesta caminhada.

Enfim, sou grato a todas(os) que fazem parte da minha vida e que contribuem para que sejamos parte integrante deste grande todo: o Ser em Si, nosso Deus. Quero, com isso, lembrar o Refrão da música de Gonzaguinha: *"A vida é bonita, é bonita e é bonita!"*

Quero encerrar este agradecimento lembrando o mestre Paulo Freire, que, por meio do diálogo, me ensinou a compreender a vida como um processo constante de aprendizado.

RESUMO

Esta monografia investiga a dimensão filosófica da educação libertadora de Paulo Freire entre os anos de 1965 e 1970, com especial atenção ao segundo capítulo da obra *Pedagogia do Oprimido*. A partir da crítica à educação bancária — caracterizada pela transmissão passiva de conteúdos e pela negação do diálogo, o estudo destaca a proposta freiriana de uma educação problematizadora, pautada na dialogicidade, na práxis e na humanização. Com base em uma abordagem filosófica, política e crítica, a pesquisa busca compreender a relação entre a prática pedagógica e a formação da consciência crítica, articulando a filosofia da linguagem, a ação educativa e o compromisso ético com a transformação social. A fundamentação teórica é composta pelas principais obras de Paulo Freire, como *Pedagogia do Oprimido* (1980), *Educação como Prática da Liberdade* (1974), *Extensão ou Comunicação?* (1988), *A Importância do Ato de Ler* (1989), *Ação Cultural para a Liberdade* (1977) e *Pedagogia da Esperança* (1992), além do diálogo com pensadores como Jean-Paul Sartre, Erich Fromm, Francis Ponge e Álvaro Vieira Pinto entre outros. Esses autores contribuem para aprofundar os conceitos de consciência, linguagem, reificação, necrofilia, biofilia, ação cultural e práxis. O estudo mostra que a pedagogia freiriana, longe de ser apenas um método, constitui uma teoria filosófica e ética de educação. A dimensão humanista presente em sua proposta se opõe aos modelos tecnicistas e empreendedores que objetificam o educando. Freire defende uma educação enraizada na realidade histórica e cultural dos sujeitos, voltada para a autonomia, a criatividade e a emancipação política. A educação libertadora, por meio da conscientização, busca superar estruturas opressoras e promover a democratização real da sociedade. A análise destaca, ainda, a relevância do exílio de Freire no Chile, onde pôde amadurecer suas ideias, expandindo seu pensamento para além do contexto brasileiro. Essa vivência o conduziu à elaboração de uma pedagogia comprometida com a libertação dos povos latino-americanos, reforçando o papel transformador da educação diante das heranças coloniais e autoritárias da região. Por fim, o trabalho conclui que a proposta freiriana representa uma alternativa ética, filosófica e política à educação tradicional, reafirmando o papel do educador como facilitador do diálogo e da reflexão crítica, e do educando como sujeito ativo da aprendizagem. A educação libertadora, enquanto projeto filosófico, revela-se uma via possível para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e democrática.

Palavras-chave: Paulo Freire, Educação Problematicadora, Educação bancária, Pedagogia do oprimido.

ABSTRACT

This monograph investigates the philosophical dimension of Paulo Freire's liberating education between the years 1965 and 1970, with particular emphasis on the second chapter of Pedagogy of the Oppressed. Based on a critique of the banking model of education — characterized by the passive transmission of content and the denial of dialogue — the study highlights Freire's proposal for a problem-posing education grounded in dialogical relations, praxis, and humanization. With a philosophical, political, and critical approach, the research aims to understand the relationship between pedagogical practice and the development of critical consciousness, articulating language philosophy, educational action, and an ethical commitment to social transformation. The theoretical foundation is based on Freire's main works, such as Pedagogy of the Oppressed (1980), Education as the Practice of Freedom (1974), Extension or Communication? (1988), The Importance of the Act of Reading (1989), Cultural Action for Freedom (1977), and Pedagogy of Hope (1992), as well as the dialogue with thinkers such as Jean-Paul Sartre, Erich Fromm, Francis Ponge, and Álvaro Vieira Pinto. These authors contribute to the deepening of key concepts such as consciousness, language, reification, necrophilia, biophilia, cultural action, and praxis. The study demonstrates that Freirean pedagogy, far from being merely a method, constitutes a philosophical and ethical theory of education. The humanist dimension of his proposal stands in opposition to technicist and entrepreneurial models that objectify the learner. Freire advocates for an education rooted in the historical and cultural reality of the subjects, aiming for autonomy, creativity, and political emancipation. Through conscientization, liberating education seeks to overcome oppressive structures and promote a true democratization of society. The analysis also highlights the relevance of Freire's exile in Chile, where he developed and expanded his ideas beyond the Brazilian context. This experience led him to formulate a pedagogy committed to the liberation of Latin American peoples, reinforcing the transformative role of education in the face of colonial and authoritarian legacies. In conclusion, the study affirms that Freire's proposal represents an ethical, philosophical, and political alternative to traditional education, reaffirming the role of the educator as a facilitator of dialogue and critical reflection, and of the learner as an active subject in the learning process. As a philosophical project, liberating education offers a viable path toward building a more just, conscious, and democratic society.

Keywords: Paulo Freire, Banking education, Problematizing education, Pedagogy of oppressors

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 PEDAGOGIA DO OPRIMIDO CONTEXTUALIZAÇÃO E SUA CONEXÃO COM EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE	10
1.1 SEGUNDO CAPÍTULO DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO	17
1.2 A RELEVANCIA DA PEDAGOGIA DA ESPERANÇA E APRENDENDO COM A PRÓPRIA HISTÓRIA.....	19
2 PRESSUPOSTO DA EDUCAÇÃO: BANCÁRIA/EXTENSÃO E COMUNICAÇÃO/ PROBLEMATIZAÇÃO	22
2.1 EDUCAÇÃO BANCÁRIA EXTENSIONISTA	25
2.2 A EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA E A PRÁXIS LIBERTADORA DE PAULO FREIRE	31
2.3 A LEITURA DA VIDA E DAS LETRAS NA DIMENSÃO FILOSÓFICA	35
CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga a dimensão filosófica da contraposição entre educação bancária e educação problematizadora, tema central do segundo capítulo da *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Esse capítulo ocupa uma posição estrutural e conceitual fundamental na obra mais importante do pensador pernambucano, funcionando como eixo articulador entre o diagnóstico crítico do sistema opressor (apresentado no primeiro capítulo) e as proposições metodológicas e filosóficas de libertação (desenvolvidas nos dois capítulos seguintes).

Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire desenvolve os princípios de uma educação libertadora, desdobrando a perspectiva de alfabetização crítica teorizada anteriormente em *Educação como Prática da Liberdade*, com base no trabalho realizado no Brasil até o golpe de Estado de 1964. Durante o exílio no Chile, atuando como educador no processo de reforma agrária impulsionado pelo governo de Eduardo Frei Montalva, Freire aprofunda sua proposta educacional, transformando-a em ferramenta de luta pela liberdade e pela justiça social, numa perspectiva latino-americana e do chamado “Terceiro Mundo subdesenvolvido”.

Na introdução da obra, Freire apresenta o propósito político e ético de sua pedagogia: uma educação pensada a partir dos oprimidos, não como ato de imposição, mas como processo de libertação. Ressalta que a educação deve estar comprometida com a superação da opressão e com a humanização dos sujeitos. No primeiro capítulo, o autor desenvolve a análise da contradição opressor/oprimido e da necessidade de sua superação por meio de uma pedagogia libertadora. Já aí se esboça o conceito de conscientização e a ideia de que a libertação só pode ser alcançada pela ação dos próprios oprimidos.

No segundo capítulo, Freire introduz o conceito de “educação bancária”, que descreve um modelo de ensino autoritário, no qual o professor deposita conhecimentos nos alunos como se fossem recipientes vazios. Esse tipo de educação, segundo o autor, serve à manutenção da ordem dominante, pois não questiona as estruturas sociais vigentes e forma indivíduos conformados. Como contraponto, ele propõe a “educação problematizadora”, fundamentada no diálogo. Essa proposta está intimamente ligada à ideia de conscientização — um processo pelo qual os sujeitos tomam consciência crítica de sua realidade e de seu papel como agentes históricos capazes de transformá-la.

Como observa Jerônimo Sartori (2014) no verbete que assina no *Dicionário Paulo Freire* (Streck et al., 2014), a contraposição entre educação bancária e problematizadora revela a dimensão política da proposta pedagógica de Freire. Ao evidenciar o compromisso ético-

político com a libertação dos oprimidos, Sartori mostra como Freire rejeita a passividade imposta pela educação dominante, que pretende domesticar os oprimidos à ordem social desigual imperante. A proposta freiriana, entendida como prática de liberdade, busca capacitar os oprimidos como sujeitos transformadores da realidade que os oprime — ou seja, da ordem social que lhes é imposta e que a educação vigente apresenta como destino inquestionável.

Ao identificar a educação como instrumento essencial de transformação social, Freire denuncia o sistema educacional de sua época como um mecanismo de reprodução da desigualdade e da alienação. Essa forma de ensino, marcada pela narração mecânica e pela imposição de conteúdos prontos, trata os educandos como recipientes vazios, negando-lhes autonomia, criatividade e pensamento crítico. Tal dispositivo é funcional à perpetuação das estruturas de poder, pois forma indivíduos subservientes, incapazes de questionar a realidade ou de intervir sobre ela.

Assumindo esse posicionamento político progressista como ponto de partida, este trabalho se propõe a estudar a dimensão filosófica da construção da educação problematizadora proposta por Freire — aspecto que Sartori não analisa em seu verbete. Tal dimensão é examinada a partir de três elementos presentes no segundo capítulo da *Pedagogia do Oprimido*.

Primeiramente, a contraposição entre educação bancária e educação problematizadora emerge de uma crítica aos pressupostos da educação tradicional. Entre esses pressupostos estão: a ideia de que o educador é o único sujeito do processo e os educandos são objetos passivos; a concepção de conhecimento como algo pronto, desvinculado da realidade dos alunos; e a repressão da criatividade, da liberdade e do pensamento crítico.

Em segundo lugar, essa crítica se dá por meio do diálogo com autores da Filosofia, como Jean-Paul Sartre, Erich Fromm, Álvaro Vieira Pinto, Edmund Husserl e Karl Jaspers. Ao dialogar com Sartre e Husserl, Freire define a relação entre mundo e consciência por meio da linguagem. Retomando o diálogo com Vieira Pinto, iniciado em *Educação como Prática da Liberdade*, Freire aprofunda o conceito de “situação-limite”, apropriando-se também da noção de “ato limite” proposta por Karl Jaspers.

Por fim, a educação problematizadora forja e fomenta uma atitude crítica cidadã, nos moldes de uma prática de pensamento autônomo e transformador.

Para analisar esses três elementos presentes no segundo capítulo da *Pedagogia do Oprimido*, este trabalho mobilizará textos que Freire escreveu na década de 1960, pois eles permitem compreender melhor a relevância e a presença da filosofia em sua obra. A educação bancária será examinada à luz da crítica freiriana à atitude extensionista dos agrônomos chilenos, tal como exposta em *Extensão ou Comunicação*, na qual Freire propõe que o “bom

aluno de filosofia” vá além da dissertação sobre os grandes temas filosóficos, ousando pensar por si mesmo. Também será considerado *Educação como Prática da Liberdade*, por sua relevância na explicitação do diálogo com Vieira Pinto e Jaspers sobre a “situação-limite”. *Ação Cultural para a Liberdade* será analisado por ter sido evocado no segundo capítulo de *Pedagogia do Oprimido* como aprofundamento da dimensão profética e esperançosa da nova educação e por contribuir para entender como a educação problematizadora se alinha a uma atitude crítica própria da filosofia. Sempre de Freire se consideração também as obras autobiográficas *Pedagogia da esperança* e *Aprendendo com a própria história* na medida em que auxiliam a compreensão dos elementos mencionados anteriormente.

Serão mobilizadas ainda duas obras de Jean-Paul Sartre e Erich Fromm *El hombre y las cosas* (1960) e *El corazon del hombre. Breviario* (1967).

Este estudo se desenvolverá articulando seis pontos:

1. A contextualização de *Pedagogia do Oprimido* e sua relação com *Educação como Prática da Liberdade*;
2. A apresentação do segundo capítulo de *Pedagogia do Oprimido*;
3. A crítica aos pressupostos da educação bancária;
4. O destaque da matriz filosófica dessa crítica, com base no primeiro capítulo de *Extensão ou Comunicação*;
5. O diálogo com Vieira Pinto, Sartre e Fromm;
6. O esclarecimento da pedagogia problematizadora como práxis libertadora.

1 PEDAGOGIA DO OPRIMIDO CONTEXTUALIZAÇÃO E SUA CONEXÃO COM EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

Freire nunca foi ingênuo em sua abordagem. Destaca que sua proposta educativa e democrática enfrenta resistência das elites, que enxergam na conscientização das massas uma ameaça à manutenção de seus privilégios. Para as forças dominantes, a educação libertadora é rotulada como subversiva. No entanto, seu verdadeiro objetivo é devolver ao ser humano sua dignidade e autonomia na leitura da realidade de sua vida social (Freire, 1974, p. 36-37).

Apesar da perseguição sofrida incluindo prisão e exílio, Freire reafirma seu compromisso com uma educação voltada para a emancipação do povo, convencido de que a liberdade, a democracia e a justiça social só podem ser alcançadas por meio do conhecimento crítico e da participação ativa na história.

A obra *Pedagogia do Oprimido* (1980) estabelece uma conexão fundamental com a construção da dimensão filosófica da educação em Paulo Freire, complementando as ideias desenvolvidas em *Educação como Prática da Liberdade* (1974). Enquanto esta última marca a fundamentação inicial de sua proposta pedagógica, *Pedagogia do Oprimido* (1980) aprofunda e radicaliza essa proposta, estruturando uma teoria educacional que transcende a simples alfabetização e se transforma em instrumento de conscientização, emancipação social, política e cultural.

O prefácio intitulado “Aprender a dizer a sua Palavra”, escrito por Ernani Maria Fiori em *Pedagogia do Oprimido*, destaca a importância da palavra como ferramenta instrumental na educação, legitimando a realidade e a existência humana (Freire, 1980, p. 3-5). Nesse sentido, há um diálogo com a obra *Educação como Prática da Liberdade* (1974), na qual Freire afirma que não há educação sem sociedade, pois o ser humano não existe no vazio. Ele pensa ideias, pensa sua existência (Freire, 1974, p. 35). Essa afirmação implica que a educação está intrinsecamente ligada à sociedade e que o ser humano é um ser social, que se desenvolve em um contexto histórico, político, econômico e cultural.

É essencial compreender que a educação não pode ser desvinculada da realidade social e histórica dos seres humanos. No Brasil, marcado por profundas contradições e desigualdades, Freire percebe que a educação tradicional, muitas vezes, serve como instrumento de alienação, mantendo as massas em uma posição de passividade. Ele enfatiza que uma das principais dificuldades desse processo é a ausência de uma experiência democrática consolidada no país.

No primeiro capítulo de *Educação como Prática da Liberdade*, Paulo Freire apresenta uma reflexão sobre os desafios da sociedade brasileira, defendendo a necessidade de uma

educação crítica que possibilite a emancipação dos sujeitos oprimidos (Freire, 1974, p. 24-26). A partir dessa obra, compreende-se sua concepção de alfabetização como um processo político, no qual os educandos não apenas aprendem a ler e escrever, mas também desenvolvem uma consciência crítica sobre sua realidade.

Contudo, a trajetória de Freire sofreu uma mudança radical com o golpe militar de 1964, que resultou em sua prisão e, posteriormente, em seu exílio. Essa experiência marcou profundamente sua produção intelectual, deslocando sua perspectiva educacional para um contexto latino-americano mais amplo. Se em *Educação como Prática da Liberdade* Freire analisava a sociedade brasileira e propunha uma pedagogia voltada para sua transformação, com o exílio esse horizonte se expandiu, tornando-se um referencial para toda a América Latina.

Esse deslocamento se evidencia de forma contundente em *Pedagogia do Oprimido*, onde Freire aprofunda sua crítica ao colonialismo, à opressão e à necessidade de uma educação libertadora para os povos do continente latino Americano (Freire, 1980, p. 44-46). O exílio permitiu que ele dialogasse com diferentes realidades latino-americanas, ampliando sua visão sobre a luta dos oprimidos em uma perspectiva que transcendia as fronteiras nacionais. Sua teoria, antes voltada ao Brasil, passou a ser um instrumento essencial para a compreensão e a transformação das sociedades latino-americanas como um todo.

Assim, o exílio não foi apenas um afastamento geográfico, mas também um fator essencial para a maturação de sua pedagogia crítica. O contato com diferentes contextos de opressão fortaleceu sua convicção de que a educação deveria ser um ato político e um caminho para a libertação. *Pedagogia do Oprimido* emerge, assim, como uma síntese desse percurso, consolidando um pensamento que dialoga com as lutas populares da América Latina e que continua a influenciar movimentos educacionais e sociais em todo o mundo.

No entanto, durante séculos, o povo esteve excluído da participação ativa na vida política do dia, dia, o ser humano da América Latina foi sendo condicionado a um sistema hierárquico e autoritário herdado da colonização. Essa falta de vivência democrática gerou uma cultura de submissão e alienação, dificultando a ao ser humano simples a emergência de uma consciência crítica. Essa política esmagou, diminuiu este ser humano Latino e o condenou a ser um expectador (Freire, 1974, p. 45).

A dimensão filosófica da educação em Paulo Freire propõe uma transição para uma sociedade democrática que vai além de mudanças institucionais. Para isso, é essencial que os indivíduos desenvolvam autonomia e responsabilidade, rompendo com padrões históricos de passividade. A proposta pedagógica de Paulo Freire surge como uma resposta à realidade social e política de sua época, visando construir uma sociedade mais democrática e justa. Do ponto de

vista filosófico, a abordagem de Freire defende uma transição para uma sociedade democrática que vai além de mudanças institucionais.

É fundamental que os seres humanos desenvolvam uma consciência de autonomia e responsabilidade, rompendo com os padrões de passividade que foram historicamente impostos. Dessa forma, os indivíduos podem se tornar sujeitos ativos na construção de sua própria história e na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, o autor reforça que a verdadeira transição para uma sociedade democrática não acontecerá de maneira espontânea ou automática. É necessário um esforço coletivo para romper com a atitude autoritária e criar espaços de participação ativa.

A democratização não pode ser apenas formal, mas precisa ser vivida na prática, através do diálogo e da ação coletiva. Dessa forma, Freire defende que a educação libertadora é um dos principais caminhos para que a sociedade brasileira supere sua tradição excludente e se torne verdadeiramente democrática, permitindo que os seres humanos sejam protagonistas de sua sociedade.

Levando isso em conta, podemos considerar a obra de Paulo Freire, como é possível inferir que os livros *Pedagogia do oprimido* e *Educação como prática da liberdade* compartilham uma crítica à educação tradicional, que é vista como um instrumento de opressão e alienação. Portanto, no segundo capítulo do Livro *Pedagogia do oprimido* tem um padrão de educação caracterizado pela transmissão passiva de conteúdo, em que o professor deposita conhecimentos nos alunos, sem levar em consideração suas experiências e saberes locais.

Em contrapartida, Paulo Freire propõe uma educação problematizadora, que valorize o diálogo, a reflexão e a construção coletiva do saber. Outro ponto central abordado neste texto por Freire é a importância da conscientização.

Além disso, Freire discute a necessidade de uma educação contextualizada, que leve em consideração a cultura e os saberes locais dos educandos. Para ele, a aprendizagem só faz sentido quando é enraizada na realidade dos indivíduos, permitindo que eles estabeleçam conexões entre o conhecimento acadêmico e suas vivências cotidianas. Esse aspecto reforça a dimensão da filosofia humanizadora da educação, pois legitima os educandos como seres humanos históricos capazes de interpretar e transformar o mundo ao seu redor.

Por fim, Freire destaca que a educação deve ser um ato político e libertador, no qual o diálogo e a participação coletiva são essenciais para a construção de uma sociedade democrática. Paulo Freire identifica que o ensino tradicionalista é baseado em uma abordagem autoritária e vertical, que desconsidera a experiência e a perspectiva dos educandos. Isso leva a

uma forma de opressão, em que os educandos são tratados como objetos passivos, em vez de sujeitos ativos capazes de transformar sua realidade.

Freire argumenta que o ensino deve ser um processo dialógico e crítico, que permita aos educandos se reconhecerem como sujeitos históricos capazes de mudar sua realidade. Isso é fundamental para romper com o ciclo de opressão e construir uma sociedade verdadeiramente democrática (Freire, 1974).

Considerando o que já foi exposto, Freire rejeita a ideia de uma educação neutra, argumentando que todo ato educativo carrega uma intencionalidade e, portanto, deve estar comprometido com a justiça social e a emancipação dos oprimidos. Para que isso ocorra, é fundamental que uma prática pedagógica se baseie na problematização da realidade, permitindo que os educandos compreendam sua posição na sociedade e atuem como agentes de mudança.

A problematização é para Freire a essência do ser da consciência, que se caracteriza pela sua intencionalidade. Essa intencionalidade não se limita apenas à relação com objetos, mas também se volta sobre si mesma, como afirma Jaspers no texto de *Pedagogia do Oprimido* (1980), em sua identificação da consciência como “cisão” em que a consciência é consciência de consciência (Freire, 1980, p. 77). Dessa forma, a prática problematizadora não estabelece uma distinção rígida entre o papel do educador e do educando. Ao contrário, ambos se tornam sujeitos cognoscentes que se preparam dialogicamente, seja quando se encontram em um processo de aprendizado, seja quando se problematizam como seres no mundo e com o mundo (Freire, 1980, p. 79).

Essa abordagem permite que os educandos se sintam desafiados a captar o desafio como um problema que se conecta com os outros. Assim, o plano de ação não se baseia em uma visão estática e petrificada do cognoscente, mas sim em uma problematização que impulsiona uma crescente conexão e compreensão do resultado, dando origem a uma consciência crítica (Freire, 1980, p. 80).

Desta forma, torna-se evidente que a *Pedagogia do oprimido* estabelece uma conexão justamente no processo de elaboração de uma dimensão filosófica educacional de Freire com o livro *Educação como prática da liberdade*. Enquanto *Educação como prática da liberdade* marca a fundamentação inicial de sua proposta pedagógica, *Pedagogia do oprimido* aprofunda e radicaliza, estruturando uma teoria de educação que transcende a simples alfabetização e se torna um instrumento de conscientização, emancipação social, política e cultural.

No prefácio de *Educação como prática da liberdade*, Francisco Weffort contextualiza o momento político-social em que Freire desenvolveu suas ideias, destacando a importância da educação como ferramenta para a conscientização e mobilização popular. A obra reflete as

experiências do autor no Brasil antes do golpe militar de 1964 e sua participação no movimento de educação popular, enfatizando a necessidade de um modelo educacional que privilegie o diálogo e a participação ativa dos educandos, em oposição à chamada “educação bancária” (Freire, 1974, p. 2-26).

Esse desenvolvimento foi possível graças ao exílio de Freire no Chile, pois, durante esse período, ele teve tempo e distância para elaborar *Pedagogia do oprimido*. Esse afastamento geográfico o ajudou a sistematizar suas ideias e a desenvolver uma crítica mais aprofundada.

Este afastamento o ajudou a observar uma realidade educacional que identifica um ensino tradicional baseado em uma abordagem autoritária e vertical, que desconsidera a experiência e a perspectiva dos educandos. Isso leva a uma forma de opressão, em que os educandos são tratados como objetos passivos, em vez de sujeitos ativos capazes de transformar sua realidade.

Freire afirma em *Pedagogia da Esperança* que “a educação não é apenas uma questão de transmitir conhecimentos, mas de criar condições para que os educandos sejam capazes de questionar a realidade e transformá-la” (Freire, 2006, p. 123).

Além disso, em *Aprender com a Própria História*, Freire destaca a importância da reflexão crítica sobre a própria história e experiência, como um meio de desenvolver a consciência crítica e a capacidade de transformar a realidade: “Aprender com a própria história é aprender a ler o mundo, a compreender as relações entre as coisas e as pessoas” (Freire, 1989, p. 45).

Essa observação, Freire argumenta que o ensino deve ser um processo dialógico e crítico, onde, os seres humanos dialógicos são companheiros e que permita aos educandos educadores a se reconhecerem como sujeitos históricos capazes de transformar sua realidade. Isso é fundamental para romper com o ciclo de opressão e construir uma sociedade verdadeiramente democrática (Freire, 1980, p.96).

Assim, *Pedagogia do Oprimido* será um manifesto público, político e social pela libertação dos oprimidos e pela superação das estruturas que perpetuam as desigualdades. Freire entende o manifesto público como uma forma de resistência contra a opressão e de luta pela libertação dos oprimidos, visando uma libertação humana e não apenas de seres humanos que se consideram superiores.

Os oprimidos devem se organizar e se manifestar publicamente contra a opressão, pois ninguém se liberta sozinho. Ao reivindicar seus direitos e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, os oprimidos têm como princípio participativo o outro. Este objetivo de libertação não é alcançado por outros, mas sim pelos próprios oprimidos que em grupo, conseguirá este objetivo, dentro da sociedade (Freire, 1980, p. 58).

Através deste manifesto público, Freire enfatiza a importância da consciência crítica como ferramenta para transformar esperanças em realidades, destacando que o processo educativo deve ser amoroso, ético e político. Essa obra, escrita entre 1968 e 1969, durante o exílio de Freire no Chile, após o golpe militar no Brasil em 1964, foi publicada originalmente em espanhol em 1970 pela Editora Siglo XXI, no México com o título “*Pedagogía del oprimido*”. A primeira edição brasileira foi publicada em 1974, pela Editora Paz e Terra, no Rio de Janeiro.

A filosofia educacional de Paulo Freire emerge de um contexto histórico marcado por desigualdades sociais e desafios políticos, influenciando profundamente sua abordagem pedagógica. *Educação como prática da liberdade* e *Pedagogia do oprimido* são marcos fundamentais nesse processo, representando uma evolução teórica e prática que busca a emancipação dos oprimidos por meio de uma educação dialógica e libertadora.

Já no prefácio de *Pedagogia do oprimido*, Ernani Maria Fiori reforça a dimensão existencial e política da pedagogia freiriana, conectando sua experiência no exílio do Chile e às ideias que fundamentam sua proposta educativa. O texto destaca a oposição entre educação libertadora e educação opressora, apontando que a prática educacional tradicional perpetua a opressão ao tratar os educandos como meros recipientes de informações. Nesse sentido, *Pedagogia do oprimido* não apenas aprofunda as reflexões de *Educação como prática da liberdade*, mas também propõe uma nova metodologia baseada na problematização e na conscientização crítica (Freire, 1980, p.5-11).

Portanto, Paulo Freire vai estabelecer um grande diálogo da dimensão filosófica em que vai identificar profundamente o problema da opressão na educação ele fará disso uma luta central na transformação pedagógica. Em “*Pedagogia do oprimido*” como já foi mencionado neste texto, ele analisa criticamente o modelo tradicional de ensino, que denomina de “educação bancária”, no qual o conhecimento é depositado passivamente nos educandos, anulando sua capacidade crítica e sua autonomia.

Ao longo de seu exílio e de sua trajetória como educador, Freire observa que o medo da liberdade é um dos grandes entraves para essa transformação. Muitas pessoas, acostumadas à estrutura opressiva, resistem à mudança e veem a conscientização como um perigo à ordem estabelecida. No entanto, Freire argumenta que a tomada de consciência é o único caminho para que os oprimidos possam se inserir como sujeitos ativos no processo histórico, evitando tanto o fanatismo destrutivo quanto a alienação passiva.

A pedagogia Freiriana, portanto, não se limita a um método de ensino, mas configura-se como um compromisso ético e político com a emancipação dos indivíduos. Sua proposta radicaliza a educação ao aproximá-la da realidade dos oprimidos, permitindo que compreendam sua condição e lutem coletivamente pela transformação social. Para Freire, educar é um ato de amor e coragem, que exige diálogo e humildade, pois somente assim é possível superar a opressão e construir uma sociedade mais justa e democrática.

Portanto, ao longo de suas obras, Paulo Freire estabelece uma relação indissociável entre educação e política, compreendendo a educação como um ato revolucionário que possibilita a emancipação de seres humanos históricos. Sua crítica à “educação bancária” ele denuncia o padrão educacional tradicional como um mecanismo de reprodução da opressão e da desigualdade social. Dessa forma, propõe uma educação dialógica e problematizadora, que visa empoderar os oprimidos, promovendo uma leitura crítica da realidade e incentivando a transformação social.

Em vista disso, em *Pedagogia do oprimido*, Freire apresenta uma crítica contundente ao modelo de educação bancária, que reduz os educandos a recipientes passivos de conteúdos predefinidos. Essa abordagem educacional reproduz a reificação, conceito cunhado por Jean-Paul Sartre, 1960 *"El Hombre y las Cosas"* (parte de *Situaciones I* na sua obra, que descreve a redução do sujeito a um objeto incapaz de pensar criticamente ou agir sobre o mundo. A educação bancária, portanto, não apenas perpetua a opressão, mas também nega a liberdade e a autonomia dos educandos.

Em primeiro lugar, Freire critica a educação bancária, que se baseia em um padrão mecanicista de ensino que nega a subjetividade dos educandos. Essa crítica é fundamentada na ideia de que a educação deve ser uma prática libertadora que permita aos educandos se tornarem sujeitos ativos e críticos.

Em segundo lugar, Freire defende uma educação que se baseie na cultura e na história, e que permita aos educandos se relacionarem com o mundo de forma crítica e reflexiva. Essa ideia é desenvolvida em obras posteriores, como *Pedagogia da Esperança e Aprendendo com a Própria História*.

Em vista disso ao analisar a obra de Freire, é possível identificar uma lógica filosófica que se baseia na ideia de que a educação deve ser uma prática libertadora que permita aos educandos se tornarem sujeitos ativos e críticos. Essa lógica é fundamentada na crítica à educação bancária e na defesa de uma educação que se baseie na cultura e na história.

Além disso, a obra de Freire também se baseia no conceito de reificação, proposto por Sartre, que contribui para a análise da alienação imposta pelo ensino mecanicista e pela negação

da subjetividade dos educandos. Ao combinar essas ideias, Freire desenvolve uma teoria educacional crítica que se baseia na ideia de que a educação deve ser uma prática libertadora que permita aos educandos se tornarem sujeitos ativos e críticos.

Dessa forma, a superação do modelo bancário exige uma reflexão crítica sobre os papéis do educador e do educando, o que Freire desenvolve na concepção bancária nas páginas 63 até 89 do Capítulo 2 de *Pedagogia do oprimido*. Nesse capítulo, ele aprofunda sua análise sobre o diálogo como meio essencial para a construção do conhecimento e a libertação dos oprimidos, introduzindo a noção da educação problematizadora como uma prática de liberdade.

1.1 SEGUNDO CAPÍTULO DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO

Neste capítulo de *Pedagogia do oprimido* é essencial para esta pesquisa, Paulo Freire ao analisar a educação, percebe que as relações entre educador e educando se identificam fundamentalmente como narradoras e dissertadoras. A narração através de conteúdo, segundo Freire, traz um modo de compreender que tendem a petrificar os envolvidos no processo. E quem participa deste momento de aprendizagem fica quase morto, é como se estivesse petrificado (Freire, 1980, p. 65).

Esta fase da educação é caracterizada por uma abordagem narrativa que pode ser considerada uma enfermidade, pois sua tendência é domesticar os educandos. Isso ocorre porque a narração é a única ferramenta utilizada, resultando em uma educação estática e compartimentada. Além disso, a narração reforça a ideia de que o educador é o detentor do conhecimento, conduzindo o conteúdo narrado de forma unilateral. Como consequência, a narração transforma quem aprende em recipientes vazios, prontos para serem preenchidos com conteúdo, e isto, tem suas consequências (Freire, 1980, p. 65-66).

E a consequência disso, é que a educação se afasta da realidade dos participantes, que buscam conhecimento, mas não encontram nada que os realize com o que será aprendido. Na realidade, eles não aprendem, mas são domesticados com padrões a serem decorados. (Freire, 1980, p. 65).

Em oposição a esta realidade pedagógica, a educação libertadora surge como uma ferramenta modificadora desta proposta. Através de uma metodologia dialógica ela é baseada na intersubjetividade e no respeito às identidades culturais, permitindo um aprendizado ativo e colaborativo. Essa abordagem integra as realidades sociais dos educandos ao processo

educacional, promovendo um ambiente dinâmico e inclusivo, onde o diálogo é central para a construção do conhecimento e da consciência crítica (Freire, 2006, p. 115-117).

Diferente da educação bancária, que impõe narrativas padronizadas e alienantes ao reduzir o aluno à condição de mero receptor passivo, a educação libertadora fundamenta-se no diálogo e na construção compartilhada do conhecimento .

Partindo do princípio de que todo ser humano é inacabado e singular, essa abordagem rejeita a transmissão mecânica de conteúdos prontos, pois reconhece que a aprendizagem só se efetiva quando enraizada na realidade concreta dos educandos.

Para Paulo Freire, uma prática educacional desvinculada da experiência dos alunos não apenas fracassa em promover a emancipação, mas também perpetua um modelo doutrinário e opressor, no qual os professores assumem o papel de meros depositantes de conhecimento, dissociando a educação de sua função transformadora (Freire, 1988, p. 78).

Portanto, na contramão da educação bancária temos a educação libertadora, ela tem uma metodologia que pratica suas didáticas em forma de “amor à vida” aqui Paulo Freire estabelece um diálogo com a “biofilia” teorizada por Fromm, porque ela, respeita cada ser em sua singularidade. Ela é fundamentada na intercomunicação e na compreensão mútua .

Em vista disso, Paulo Freire identifica que cada ser humano tem, ou pelo menos deveria ter uma práxis, isto ocorre na vida cotidiana dessas pessoas. Se isso não for respeitado, as consequências serão realidades alienadas e uma vida passiva, portanto, teremos apenas teoria para doutrinar. No entanto, o resultado dessa realidade é a transmissão de uma didática e uma filosofia educacional que não se conecta com as experiências cotidianas destes seres humanos. Isso ocorre porque a educação transmitida não é relevante para as realidades vividas por essas pessoas, logo, serão conduzidos para alienação.

Uma vez que os valores e padrões destes seres humanos são conteúdos bancários, os educandos(pessoas) escutam docilmente e a consequência neles, são depósitos de uma doutrina, e os educadores(as) são responsáveis e depositantes deste aprendizado. Para Paulo Freire estas pessoas estarão desta forma sendo violentadas, alienadas, oprimidas e reprimidas (Freire, 1980).

Portanto, a conscientização dos oprimidos são fundamentais para a transformação social, e a educação se torna um instrumento poderoso para alcançar essa meta. Na obra *Educação como Prática de Liberdade*, Paulo Freire contrapõe essa visão com uma abordagem revolucionária, e começa a dialogar com uma filosofia educacional libertadora. Isto empodera as pessoas por meio do diálogo, contextualização e fomenta a crítica e reflexão .

Visando transformar a sociedade de forma democrática e justa a dimensão filosófica de Paulo Freire promove a consciência crítica e autonomia intelectual. Essa abordagem

educacional representa um marco na luta contra a opressão e na construção de uma sociedade mais igualitária.

Dessa forma, a obra *Pedagogia do oprimido* representa uma continuidade da reflexão freiriana sobre a educação como instrumento de transformação social. A relação entre opressão e educação, abordada de maneira crítica e dialógica, está diretamente ligada aos princípios desenvolvidos em *Educação como prática da liberdade* (1974), reforçando a necessidade de um ensino libertador, que supere a passividade e fomente a consciência crítica dos educandos.

A *pedagogia da esperança*, em especial, resgata a dimensão da luta e do compromisso com a transformação social, evidenciando que a educação deve ser um ato contínuo de esperar, seja, de agir com a convicção de que a mudança é possível. Assim, Freire reafirma que a educação crítica e libertadora não apenas denuncia a opressão, mas também aponta caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

1.2 A RELEVANCIA DA PEDAGOGIA DA ESPERANÇA E APRENDENDO COM A PRÓPRIA HISTÓRIA

Nesse contexto, a relevância de *Pedagogia da esperança* e *Aprendendo com a própria história* reside na forma como essas obras ampliam e aprofundam a proposta freiriana, demonstrando que a educação não pode ser dissociada da experiência histórica das pessoas. Em *Pedagogia da esperança*, Freire revisita suas ideias e enfatiza a esperança como um ato político necessário para enfrentar as adversidades impostas pelo sistema opressor.

Essa esperança está intrinsecamente ligada à valorização da cultura dos oprimidos, que, segundo Freire, deve ser respeitada e utilizada como ferramenta de esperança e resistência contra a dominação sociocultural.

Freire dialoga com experiências pessoais que moldaram sua visão crítica e reafirma a importância da educação e da cultura como instrumento de emancipação (Freire; Guimarães, 1987). Essas obras demonstram a continuidade da reflexão de Freire sobre a educação e a liberdade, e sua relevância para a luta contra uma culturalização que vem da opressão e pela violência desencadeada por uma injustiça social.

A “culturalização” designa um processo em que toda ação cultural é sempre uma forma sistematizada e deliberada de influência sobre a estrutura social, seja para mantê-la como está ou para transformá-la. A ação cultural pode estar a serviço da dominação, consciente ou inconsciente, por parte de seus agentes, impondo a cultura dominante sobre os oprimidos. Esse

processo é um dos mecanismos de domesticação que perpetuam a opressão (Freire, 1980, p. 211-212).

Nesse sentido, a reflexão sobre a culturalização se alinha à proposta de Freire em *Aprendendo com a própria história*, onde ele compartilha suas experiências pessoais e demonstra como elas podem colaborar para moldar uma visão crítica. Essa abordagem reafirma a importância da educação e da cultura como instrumentos de emancipação dos seres humanos (Freire; Guimarães, 1987).

Assim, a *Pedagogia da esperança* não apenas denuncia a opressão, mas também propõe alternativas com ferramentas viáveis para a formação de seres humanos críticos, tornando a educação um ato político essencial para a transformação social. Paulo Freire, apresenta nesta obra o diálogo e a cultura como ferramenta de uma reflexão profunda sobre a filosofia da educação como um ato de esperança, amor, liberdade e transformação social.

Leonardo Boff doutor em filosofia e teologia; vai fazer a introdução do livro *Pedagogia da esperança*. Assim ele escreve na introdução a relevância da obra de Freire e identifica a importância da dimensão filosófica dela. Com este entendimento mostra, um horizonte representativo e uma “permanente dialogação das pessoas entre si e de todas com a realidade circundante em vista de sua transformação”(Freire, 2006, p.6-8). Esse olhar reforça a importância da educação como um processo de construção da consciência crítica e da emancipação das pessoas historicamente marginalizadas.

Esse ponto encontra uma confirmação na página Primeiras Palavras, onde Freire apresenta sua visão sobre a educação como um processo de construção da consciência crítica na política. Ele afirma que “a educação não é um ato de transferência de conhecimento, mas sim um ato de construção da consciência crítica”, sendo, portanto, um ato político. Essa perspectiva se insere no contexto sociopolítico vivenciado no Brasil naquele período (Freire, 2006, p. 9). A abordagem filosófica de Freire pode ser comprovada a partir de diferentes métodos. Ele parte de um princípio geral a educação como ato político para explicar as estruturas de ensino que perpetuam a opressão.

Ao mesmo tempo, sua pedagogia emerge da análise concreta da realidade dos educandos, ou seja, da experiência empírica da educação tradicional, que ele denomina educação bancária. Em um encontro na Unesco, sua posição foi considerada demasiadamente política, evidenciando o caráter transformador de sua pedagogia, que se opõe aos modelos tradicionais e enfatiza o papel ativo dos educandos na produção do conhecimento (Freire, 2006, p. 9). Essa abordagem inovadora e crítica à educação tradicional é um dos pilares que sustentam

a relevância de *Pedagogia da Esperança*, uma obra que articula teoria e prática (práxis) para promover uma educação transformadora.

A relevância de *Pedagogia da esperança* reside na capacidade de Freire de articular teoria e prática (práxis), promovendo uma educação que transcende o discurso e se concretiza na ação. Sua obra serve como um guia para aqueles que buscam transformar a sociedade por meio do ensino, revelando possibilidades mesmo diante de obstáculos e promovendo justiça e igualdade (Freire, 2006, p. 10-11).

Com a *Pedagogia da esperança*, Paulo Freire nos oferece uma perspectiva de mudança e libertação, enfatizando a necessidade de uma educação que seja emancipadora, crítica e transformadora. No entanto, para que essa transformação seja possível, é necessário entender os pressupostos teóricos que sustentam a crítica freiriana à educação bancária.

A educação bancária, como Freire a define, é uma abordagem educacional que busca domesticar e controlar os indivíduos em vez de libertá-los. Um exemplo disso é o conceito do “bom aluno” tem o que assume o padrão bancário, ele é aquele que aceita passivamente os “depósitos” de saber, memoriza fórmulas e não questiona a autoridade do educador.

No entanto, o “bom aluno” se é um estudante problematizador e que tem a consciência crítica, ele se recusa a aceitar passivamente os “depósitos” de saber, mas sim busca compreender a razão por trás deles. Ele é movido pela curiosidade epistemológica e pelo desejo de desvendar as contradições que sustentam as relações opressivas. Por meio do diálogo, ele reconhece a necessidade de problematizar tanto a realidade quanto os pressupostos que fundamentam o próprio processo educacional.

É nesse contexto que o texto vai explorar os pressupostos teóricos da educação bancária, extensão e comunicação e problematização, para entender melhor como a educação pode ser um ato político que promova a libertação e a transformação social.

2 PRESSUPOSTO DA EDUCAÇÃO: BANCÁRIA/EXTENSÃO E COMUNICAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO

Os pressupostos teóricos que sustentam a crítica freiriana a um padrão de educação identificado como bancária, portanto, extensionista; se baseiam na premissa de que a educação não é neutra; ela é um ato político que pode tanto perpetuar a opressão quanto possibilitar uma libertação ingênua e velada.

Paulo Freire propõe uma reflexão crítica sobre estes padrões educativos baseados na transmissão unilateral de conhecimento, ele escreve isto especialmente no contexto rural do livro *Extensão ou comunicação?*. Freire se opõe a este padrão extensionista, que perpetua uma hierarquia de saberes e reforça a dominação cultural, para isto ele propõe um diálogo com o paradigma comunicativo, que valoriza o diálogo e a construção coletiva do saber.

A partir de uma abordagem com lógica filosófica, é possível analisar essa oposição como um problema gnosiológico e epistemológico, que diz respeito à própria constituição do conhecimento e à forma como ele é apropriado pelas pessoas.

Portanto, na perspectiva Freiriana, a educação bancária, como manifestação de uma política social, econômica e cultural traz um padrão extensionista e nega ao educando(pessoa) a sua condição de um ser humano com conhecimento. O humano livre é aquele que participa ativamente do processo de aprendizagem, sendo protagonista de sua própria emancipação. Já o humano negado é aquele que é reduzido a mero abjeto, portanto, receptor passivo de informações, sem a possibilidade de questioná-las ou reelaborá-las criticamente (Freire, 1988).

Essa negação do humano ocorre porque no padrão extensionista se baseia na imposição de um conhecimento tido como superior e universal, ignorando a história e as experiências dos educandos (pessoas) bloqueando e velando seus costumes e cultura local. Esta lógica por ser absolutista é uma forma extensionista e faz parte de uma “invasão cultural”, na qual os saberes populares são desqualificados em favor de um conhecimento tecnocrático, que reforça a dependência e a subalternização de culturas e políticas absolutistas.

Nessa análise Freire nos leva a uma conclusão lógica: se o padrão extensionista se baseia na imposição de um conhecimento estático e universal sendo assim absolutista, então é necessário questionar o método absolutista. Portanto, essa forma de conhecimento, construído e transmitido através de um padrão rígido, é exatamente o que Freire critica ao identificar o equívoco gnosiológico do padrão bancário. Isso ocorre porque, segundo Freire, o conhecimento não pode ser reduzido a um objeto estático, transferido mecanicamente de uma pessoa ativa para uma pessoa passiva.

O conhecimento, na verdade, é uma construção que emerge da interação entre os seres humanos e o mundo, assim a um diálogo com Álvaro Vieira Pinto escrito na página 61 do livro *Pedagogia do Oprimido* [...] “educador e educando(liderança e massa), co-intencionados a realidade se encontram em que ambos são sujeitos no ato de desvela-la” [...] que se desenvolve através da relação dinâmica entre eles .

O objeto cognoscível, dentro dessa perspectiva, não é algo fixo e absoluto, mas uma realidade a ser desvelada pelos seres humanos em interação. Isso significa que o conhecimento só é verdadeiramente apropriado quando o educando é capaz de reinventá-lo, relacionando-o com sua própria experiência e contexto. O padrão extensionista, ao tratar o conhecimento como um “depósito” a ser feito no educando(pessoa), impossibilita uma apropriação crítica que consequentemente irá perpetuar a alienação, a violência e o absoluto saber extensionista e superior.

A dimensão filosófica de Freire contribui na construção do conhecimento do padrão dialógico. O seu método investiga as experiências concretas dos educandos(pessoas) para desenvolver conceitos e princípios gerais. Isso significa valorizar o conhecimento prévio e a cultura do educando(pessoas), permitindo que o aprendizado se dê a partir da relação dialógica e desperta a problematização entre sua realidade e os novos conceitos apresentados que surgirão neste diálogo.

A partir de princípios gerais de sua metodologia, Paulo Freire consegue que os educandos compreendam situações específicas de suas próprias realidades. Esse processo exige uma reflexão crítica sobre a aplicação do conhecimento, garantindo que o aprendizado não seja apenas mecânico, mas sim um instrumento de emancipação.

A crítica de Freire ao padrão extensionista é uma crítica filosófica e epistemológica que busca desvelar as estruturas de poder e conhecimento que o sustentam (Freire, 1988). Ao questionar a forma como o conhecimento é construído e transmitido, Freire destaca a necessidade de uma abordagem educacional que respeite a autonomia e a liberdade das pessoas. Isso se reflete na forma como o conhecimento é construído, seja através do método dialógico, que parte de observações e experiências para chegar a conceitos e teorias, ou do método absolutista, que parte de pressupostos e princípios para chegar a conclusões lógicas verdadeiras ou falsas.

Portanto, a educação bancária perpetua a negação do humano livre, impedindo que os educandos(pessoas) assumam seu papel de agentes de transformação, a educação dialógica busca libertá-los, reconhecendo-os como sujeitos ativos na construção do conhecimento. Essa abordagem, ao respeitar o objeto cognoscível como uma realidade a ser desvelada e

reconstruída pelos sujeitos, se opõe ao equívoco gnosiológico do modelo bancário e reforça a necessidade de uma educação onde, a consciência crítica é verdadeiramente humanizadora e libertadora.

Esta filosofia educacional onde Paulo Freire enfatiza a importância de apreender uma consciência crítica, ele vai legitimar que um dos princípios da visão pedagógica é a recusa de uma educação que se declare neutra do ponto de vista político, “apoliticidade”¹; portanto, isso se entende como ser “apolítica”.

E para Freire, a educação não pode ser “apolítica”, pois o próprio termo “apolítico” significa ausência de envolvimento ou interesse pela política. No entanto, a educação, enquanto prática social, é intrinsecamente política. Em consequência disso, Freire justifica em sua dimensão filosófica que a educação jamais pode ser neutra, pois reflete e sustenta as dinâmicas de poder que amparam a sociedade.

Essa ideia de uma educação neutra está diretamente associada ao modelo de educação bancária, no qual a relação entre educador e educando se torna ainda mais evidente ao projeto de extensão. Nesse modelo, o ato de ensinar é reduzido à uma narração e a uma mera transferência de conhecimento, de um polo ativo (o educador) para um polo passivo (o educando).

Levando isso em conta, as relações trazem no seu processo, não apenas o silêncio das potencialidades transformadoras das pessoas que as tornam passivas, mas também reforça as estruturas de opressão e alienação, que estão servindo a um propósito extensionista.

Contudo, essas relações possuem uma lógica velada e vão prevalecer por meio de interações que utilizam a mentira como formas de alienar as pessoas onde estas sofrerão formas de violência no seu cotidiano. Essa abordagem de Freire vai encontrar ressonância no pensamento de Erich Fromm, que vai mostrar uma dualidade conhecida como Necrofilia² e biofilia.

A biofilia é literalmente, amor à vida, só que necrofilia associa os efeitos desumanizadores de relações a uma orientação “necrófila”, que literalmente, significa “amor à morte” e está associada a seres humanos que se consideram superiores e tem uma orientação para domesticar e assim de forma violenta doutrinar as pessoas consideradas abjetas.

¹ PORTUGUESA, **MINIDICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA**. Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar. *Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva*, 2001.p.53.

² Ver glossário,p.39

Fromm descreve a necrofilia como um processo que promove a violência e a obediência cega, contribuindo para a alienação e repressão nos contextos sociais e políticos. Marcado pelo amor a morte e a uma ordem rígida, a uma obediência cega e a uma repressão que direciona as pessoas à violência, e ações que as levam à morte. Essa perspectiva traduz-se em um modelo educacional que reproduz a repressão e a alienação, ao mesmo tempo em que dificulta a criação de uma sociedade justa e equitativa (Fromm, 1966. p, 28).

Por isso, Freire adota a terminologia de Fromm sobre a necrofilia para argumentar que a opressão está ligada a uma mentalidade destrutiva, que vê os outros seres humanos como abjetos a serem dominados e controlados. O opressor, segundo Freire, desumaniza tanto a si mesmo quanto aos oprimidos, reduzindo-os a meros instrumentos de seu poder.

Nesse contexto, Paulo Freire identifica a educação bancária como um instrumento narrativo que perpetua uma visão estática e compartimentada da realidade. Isso colabora com uma educação alheia à experiência existencial, sufocando a capacidade de questionamento crítico e transformando a formação cidadã em uma ferramenta de controle social (Freire, 1980, p. 65).

Portanto, a educação bancária desempenha um papel fundamental na manutenção das estruturas de poder que favorecem as elites conservadoras. Sua ferramenta narrativa mantém a manutenção que consolida essas estruturas, tornando o educador e o educando meros arquivos que recebem, memorizam e repetem informações sem questionar (Freire, 1980, p. 66).

Isso nos leva a questionar se a educação extensionista, ela também se baseia na transmissão de conhecimentos de forma unilateral, com essa mesma lógica faz a manutenção das estruturas de poder das elites conservadoras fazendo um extensionismo, em vez de promover uma verdadeira transformação social.

2.1 EDUCAÇÃO BANCÁRIA EXTENSIONISTA

A extensão, em um contexto que tem um sentido de base, se refere à ideia de estender ou expandir algo. No entanto, no contexto da obra de Paulo Freire, a extensão tem um sentido contextual, que se configura como uma prática e não como um sentido de base específico de extensão exemplo: “a cor tem como essência a extensão do corpo” e “Pedro é agrônomo e trabalha em extensão”(Freire, 1988, p.19).

Esses exemplos mostram que a extensão pode ter diferentes significados dependendo do contexto. No entanto, no contexto da obra de Paulo Freire, a extensão é criticada por ser uma abordagem que desumaniza os envolvidos ao ignorar suas experiências e condições de vida.

Isso sugere que a extensão, nesse contexto, faz uma análise tendo como objeto o termo extensão que é vista como uma prática que perpetua a dependência, a alienação e a desigualdade social (Freire, 1988, p.19).

Isso significa que a extensão, nesse contexto, não se refere apenas à ideia de estender ou expandir algo, configura-se como uma prática bancária que desumaniza os envolvidos ao ignorar suas experiências e condições de vida. Portanto, no campo associativo somos induzidos a pensar em:

Extensão..... Transmissão
 Extensão Sujeito ativo (o que estende)
 Extensão Conteúdo (que é escolhido por quem estende)
 Extensão Recipiente (do conteúdo)
 Extensão Entrega (de algo que é levado por uma pessoa que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extramuros)
 Extensão Messianismo (por parte de quem estende)
 Extensão Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
 Extensão Inferioridade (dos que recebem)
 Extensão Mecanicismo (na ação de quem estende)
 Extensão Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem).³

A educação bancária, como descrita por Paulo Freire, é uma abordagem narradora que se caracteriza pela verticalidade, pela negação do diálogo e pela imposição de valores alheios à realidade das pessoas. É uma abordagem educacional que atende aos interesses das elites conservadoras, transmitindo uma cultura do silêncio, uma alienação das massas, reforçando as dinâmicas de exclusão, estimulando a marginalização e a não superação da contradição (Freire, 1980, p.67). Além disso, a educação bancária desconsidera a capacidade dos educandos de refletir criticamente e questionar a realidade, reduzindo-os a meros receptores passivos de informações.

Esse modelo educativo petrifica o conhecimento, reduzindo-o a fragmentos isolados da experiência concreta dos educandos. A ausência de um vínculo autêntico entre educador e educando perpetua uma relação hierárquica que nega a criatividade e a busca pelo conhecimento como processo de transformação (Freire, 1980, p. 66-67). Assim, a educação

³ No sentido do termo extensão, o contexto do termo indica a ação de estender algo e estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação: estender algo a. (FREIRE, 1988, p. 11-12).

bancária reforça a passividade e inviabiliza a construção de uma consciência crítica e emancipada.

Nesse ponto, torna-se possível destacar a dimensão humanista da proposta freiriana, que se contrapõe radicalmente à lógica tecnicista e ao projeto educacional empreendedor, centrado na produtividade, na eficiência e na formação de sujeitos meramente adaptados ao mercado. A pedagogia de Freire é marcada por um profundo compromisso ético com a humanização do ser humano. A educação não é, para ele, um ato neutro, mas um ato político e existencial e como tal, deve promover a liberdade, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento a partir da realidade concreta dos educandos.

A educação bancária é justamente a negação dessa perspectiva humanista, pois ao reduzir os sujeitos a objetos da ação pedagógica, desconsidera a historicidade e a capacidade criadora dos seres humanos. Em contraste, a educação libertadora proposta por Freire exige a escuta ativa, o respeito às culturas populares e a promoção da autonomia crítica. O humanismo presente em sua pedagogia não é abstrato ou idealista, mas um humanismo histórico e engajado, que acredita na transformação do mundo pela ação consciente dos sujeitos.

Com esse modelo, a educação passa a ser um processo de arquivamento e deposição de informações, no qual o educador assume um estatuto de superioridade, impondo aos educandos uma condição de ignorância estrutural. Dessa forma, perpetua-se a contradição de que apenas aqueles que já detêm o saber podem ensinar, enquanto os demais são relegados ao papel de meros receptores. Esse paradigma nega a educação como experiência de busca e transformação, pois bloqueia a criatividade e o pensamento reflexivo (Freire, 1980, p. 66-67).

A educação bancária, ao reduzir os educandos a objetos passivos do conhecimento, nega sua condição de sujeitos livres e autônomos, impedindo-os de questionar e modificar a realidade. Esse modelo pedagógico compromete a formação de uma cidadania ativa e consciente, fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

A educação bancária, como descrita por Paulo Freire, é uma abordagem educacional que perpetua a desigualdade, a alienação e a desumanização. Ela é um reflexo das dinâmicas de poder que estruturam a sociedade, um campo de disputa ideológica e política no qual a reprodução das desigualdades é tratada como natural e inevitável (Freire, 1980). A superação desse modelo exige uma crítica profunda às práticas pedagógicas desumanizadoras e a criação de alternativas que favoreçam a emancipação das pessoas e a transformação da realidade social.

Esse padrão educacional impede o desenvolvimento da consciência crítica, essencial para que os indivíduos analisem e compreendam as estruturas de opressão que os envolvem. Como resultado, perpetua-se uma sociedade na qual as pessoas permanecem alienadas, sem os

instrumentos necessários para transformar a realidade. Esse padrão de educação “anestesia e inibe o poder criador” dos educandos, dificultando sua libertação das amarras impostas pelo sistema opressor.

A extensão, nesse contexto, configura-se como uma prática bancária que desumaniza os envolvidos ao ignorar suas experiências culturais e condições de vida. Freire denuncia essa abordagem extensionista como um mecanismo que perpetua a dependência, a alienação e a desigualdade social (Freire, 1988, p.13). A educação bancária, nesse sentido, revela-se um instrumento ideológico, político e econômico, capaz de moldar subjetividades e desestimular tanto a percepção crítica quanto a ação transformadora (Freire, 1980, p.73-74).

Nesse processo o educador que apenas enche o educando de conteúdo, sem aplicar no seu método de conhecimento o diálogo problematizador, assume essa condição de educador sem questionamentos e normatiza uma educação sem os questionamentos dos porquês (Freire, 1988, p. 52-53,87).

Freire denuncia essa abordagem extensionista como um mecanismo que perpetua a dependência, a alienação e a desigualdade social. Um exemplo claro desse processo é o que não é um “bom aluno” de filosofia e assume a normatização da educação tradicionalista, ele não disserta apenas memoriza as fórmulas e não quer nem saber as razões (Freire, 1988,p. 53).

A educação bancária representa fielmente a reprodução de uma sociedade opressora, dominadora e violenta o papel deste educador que assume está metodologia educacional é o de dificultar o pensamento autentico . Essa abordagem antidemocrática estrutura-se no poder e na opressão, inibindo a crítica e a transformação social. Além disso, impede o desenvolvimento da consciência crítica e da capacidade de questionar (Freire, 1980, p. 72).

Os educandos, ao aceitarem passivamente o conhecimento sem refletirem sobre suas implicações contribuem com as elites dominadoras e conservadoras. De certa forma a não ser ingenuamente não pode esperar nada de uma formação baseada na repetição, na consciência neutra e ingênua. Nessa perspectiva, os indivíduos percebem o conhecimento como algo absoluto e imutável, sem considerar sua relação com a realidade concreta (Freire, 1980, p. 100-101).

A consciência ingênua, marcada pela aceitação acrítica da ordem estabelecida, leva à acomodação e à ausência de iniciativa transformadora, enquanto a consciência neutra se apresenta como uma falsa imparcialidade, que ignora as relações de poder e dominação presentes no processo educativo (Freire, 1974,p.105).

Como consequência, a educação bancária gera um aprendizado desprovido de significado, anestesiando e inibindo o poder criador do educando. Além disso, essa abordagem

reforça uma educação baseada na passividade, desconectando os educandos de sua experiência pessoal e histórica, consolidando, assim, a alienação e dificultando a construção de uma consciência crítica e transformadora (Freire, 1980, p. 80).

Essa pedagogia perpetua desigualdades e configura uma violência pedagógica que sustenta relações de poder. Em diálogo teórico, Paulo Freire e Erich Fromm exploram os impactos políticos dessa prática, associando-a à necrofilia (“amor a morte”), termo utilizado por Fromm para descrever uma orientação que exalta a violência, o controle e a desumanização. Portanto, a educação bancária é uma abordagem educacional que não apenas perpetua a desigualdade, mas também promove a desumanização e a violência simbólica (Fromm, 1966, p. 28).

Para Fromm(1966), a necrofilia representa um processo que promove a obediência cega, a repressão e a alienação nos contextos sociais e políticos. O amor por uma ordem rígida e pela submissão impede o desenvolvimento de uma consciência crítica, contribuindo para a manutenção das estruturas opressoras. Essa perspectiva reflete-se na educação bancária, que sufoca a capacidade de questionamento e transforma a formação cidadã em ferramenta de controle social e político.

No plano social e político, a educação bancária atua como mecanismo de conservação do status quo, consolidando estruturas de poder que favorecem as elites em detrimento das massas. Ao posicionar os educandos como recipientes passivos do conhecimento, essa abordagem pedagógica inibe o pensamento crítico e a autonomia, elementos fundamentais para uma sociedade democrática e inclusiva. Como resultado, forma-se uma cidadania superficial, voltada para a conformidade e a obediência, sem capacidade de questionar a opressão social (Freire, 1980).

A relação entre educador e educando tem sido objeto de reflexão na filosofia da educação ao longo da história. O modelo tradicional, frequentemente denominada “educação bancária” por Freire, caracteriza-se por uma transmissão mecânica e unilateral do conhecimento, sem promover a construção ativa do saber pelos educandos. Esse padrão de ensino reduz o conhecimento crítico e transforma a educação em uma narração vazia e desarticulada da realidade existencial dos aprendizes (Freire, 1980, p. 65).

Nessa abordagem, o educador assume a posição de detentor exclusivo do saber, enquanto os educandos são vistos como meros receptores passivos. A palavra, nesse contexto, é utilizada como ferramenta de extensão, portanto, de controle, ela esvaziada de sua dimensão concreta e transformada em mero instrumento de repetição mecânica, alienando tanto quem ensina quanto quem aprende (Freire, 1980, p. 68).

No entanto, é preciso questionar se essa abordagem educacional é capaz de promover a emancipação dos seres humanos e a transformação da realidade social. A resposta é claramente negativa. É necessário, portanto, buscar uma abordagem educacional alternativa que seja capaz de superar as limitações da educação bancária extensionista.

2.2 A EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA E A PRÁXIS LIBERTADORA DE PAULO FREIRE

Diante dessa necessidade, Paulo Freire propõe a educação problematizadora, uma abordagem que busca criar um ambiente educacional que favoreça a emancipação dos seres humanos, onde educador e educando são sujeitos cognoscente do mesmo objeto cognoscível para uma transformação da realidade social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa abordagem se baseia na problematização, ou seja, na capacidade de questionar e analisar criticamente a realidade, e na práxis libertadora, que busca combinar a reflexão crítica com a ação transformadora (Freire, 1980, p. 78).

O objetivo da educação problematizadora, segundo Paulo Freire, é a construção do saber, e não a simples transmissão de conteúdo. É uma construção do saber em um processo contínuo, que envolve a (práxis) reflexão crítica sobre a realidade e a ação praticada com participação de todos os cognoscentes para compreender dialogicamente o cognoscível e transformá-lo e um conhecimento que partindo do sensível se aproxima ou alcança a realidade da razão (Freire, 1988, p. 33).

Esse processo de construção do saber na qual ambos compartilham suas experiências no mundo, mas questionam suas realidades em uma busca da conscientização, ela não para no reconhecimento puro, mas busca novas formas de entender o mundo. O objetivo desta educação é, portanto, a emancipação das pessoas, permitindo-lhes se tornarem seres humanos livres e ativos na transformação de sua realidade social, esta filosofia educacional é libertadora e tem como objetivo a conscientização e transformação histórica experienciada na vida dessas pessoas (Freire, 1980, p.134).

A educação libertadora para Paulo Freire, é aquela que permite as pessoas se libertarem da opressão e da alienação. Para Freire a educação deve ser um processo de conscientização, no qual os educandos se tornam conscientes das condições sociais, políticas e econômicas que os oprimem. Esse processo de conscientização é um dos principais objetivos da educação, pois permite que os educandos(pessoas) se tornem agentes de sua própria transformação (Freire, 1980, p.71-74).

A pedagogia de Paulo Freire é uma proposta revolucionária para a filosofia da educação. A educação problematizadora se distingue pela ênfase na relação horizontal e dialógica entre educador e educando, em que ambos são sujeitos do processo educacional. Para Freire, a

educação deve ser entendida como um processo contínuo de (práxis) ação e reflexão, permitindo que os educandos se tornem agentes de transformação de sua realidade (Freire, 1980, p.98).

Esta prática educacional freiriana se baseia na valorização dos saberes culturais onde este ser humano está vivenciando o seu cotidiano, no reconhecimento da capacidade de análise crítica dos educandos e na conscientização sobre a importância de transformar o mundo a partir de uma leitura crítica da realidade. Dessa forma, o ser humano livre emerge como aquele que não apenas absorve conhecimento, mas o utiliza para compreender e modificar sua própria história, tornando-se sujeito de sua emancipação (Freire, 1988, p.39-40).

A relação educadora do educador-educando nesta proposta pedagógica deve ser uma comunicação horizontal que é dialógica, portanto, não se esgota a relação dos pronomes eu e tu. Paulo Freire é enfático ao destacar a importância dessa interação, onde o educador não impõe seu saber, mas estabelece um diálogo amoroso sem alienar a ignorância com os educandos(pessoas), reconhecendo que todos(as) são capazes de produzir conhecimento. Essa comunicação dialógica permite que o educando(pessoa) deixe de ser um receptor passivo e se torne um ser humano livre, consciente e atuante na construção do saber (Freire, 1980, p.93-95).

Nesse processo, o educador não é um transmissor de verdades absolutas, mas um facilitador da construção do saber. A comunicação é horizontal, pois todos os participantes têm voz e são igualmente responsáveis pela construção do conhecimento. A comunicação dialógica, portanto, se baseia na troca de ideias e na escuta ativa. O educador e o educando se engajam em um processo de aprendizagem compartilhada, em que ambos são protagonistas do ensino (Freire, 1980, p.95).

Freire defende que a educação deve ser um processo de encontro e descoberta, no qual os educandos (pessoas) são incentivados a refletir sobre sua realidade para ser mais e agir para transformá-la. Para ele, a aprendizagem não pode ser um ato mecânico de repetição de conteúdo, mas um processo crítico de análise, onde se opõe ao pensamento ingênuo e se transforma a realidade social (Freire, 1980, p. 97).

O educando, ao se engajar de forma ativa na construção do conhecimento, não aprende apenas, mas também se torna consciente de sua capacidade de agir e modificar sua realidade. Essa participação ativa no processo educacional, valoriza o seu saber e o faz um ser humano ativo, esta valorização é um dos pilares da educação libertadora proposta por Freire (Freire, 1980).

Valorizar os saberes é reconhecer a importância da utilização dos saberes locais. A educação proposta por Paulo Freire não ignora os saberes populares e locais, mas os valoriza como ponto de partida para a construção do conhecimento. Freire critica os padrões

educacionais que ignoram a experiência e o conhecimento dos educandos, tratando-os como “tabulas rasas” que precisam ser preenchidas com o saber oficial. Para ele, os saberes dos educandos devem ser reconhecidos e utilizados como base para o aprendizado (Freire, 1980).

Em sua crítica ao modelo extensionista, Freire aponta que muitas vezes os educadores impõem saberes de fora, sem levar em conta a cultura e a realidade dos educandos. Essa imposição de conhecimento, segundo Freire, é uma forma de dominação, que impede os educandos de se apropriarem do saber de maneira crítica. Em vez disso, Freire propõe que o conhecimento seja construído de maneira dialógica, a partir das experiências e saberes locais.

Essa valorização dos saberes locais é fundamental para o processo de conscientização, pois permite aos educandos reconhecerem sua própria história e cultura como base para a transformação de sua realidade. Ao integrar esses saberes ao processo educacional, a educação se torna mais significativa e relevante para os educandos.

A conscientização é um processo contínuo de reflexão crítica sobre a realidade, que leva as pessoas a perceberem as contradições e as injustiças existentes em sua sociedade. Freire propõe uma educação que vá além da simples aquisição de conhecimento, mas que também envolva uma mudança na forma como os educandos (pessoas) percebem o mundo e sua posição nele. A educação libertadora permite que as pessoas se vejam como seres humanos ativos e que podem mudar a sua própria história e tomem nas mãos o controle de seu destino (Freire 1974).

A Crítica à “educação bancária” é uma das principais críticas de Paulo Freire à educação tradicional. Ele critica a educação bancária porque ela impede o desenvolvimento da capacidade crítica dos educandos(pessoas) a um aprendizado sem reflexão. Para ele, a educação deve ser um processo de construção coletiva, no qual todos os participantes têm voz e são igualmente responsáveis pelo aprendizado. Freire propõe uma educação com diálogo e ação com reflexão (Freire, 1980).

A educação dialógica e a ação-reflexão são os elementos centrais da pedagogia de Paulo Freire ela se baseia no diálogo entre educador e educando, no qual ambos são participantes do processo educacional. No diálogo, os educandos têm a oportunidade de questionar, refletir e construir o conhecimento de maneira crítica e participativa(Freire, 1980).

Além disso, Freire propõe que a educação seja um processo de ação e reflexão, no qual os educandos não apenas aprendem, mas também agem para transformar a realidade. A ação-reflexão implica que a teoria e a prática estejam sempre interligadas, e que os educandos possam aplicar o conhecimento adquirido em sua vida cotidiana, buscando maneiras de mudar sua realidade com uma leitura crítica contra a cultura do silêncio (Freire, 1980).

Freire destaca assim a importância da leitura crítica, que vai além da simples leitura de textos escritos, mas envolve a leitura da realidade social e política. Para ele, a leitura crítica permite que os educandos compreendam as contradições e injustiças presentes em sua sociedade e, a partir dessa compreensão, se engajem na transformação da realidade (Freire 1980).

A crítica à “cultura do silêncio” é outro aspecto importante da obra de Freire. A cultura do silêncio impede os indivíduos de se expressarem e de questionarem a realidade em que vivem. Essa cultura é uma forma de opressão, pois submete os indivíduos à passividade e à conformidade. Freire propõe que a educação seja um espaço de libertação da cultura do silêncio, permitindo que os educandos (pessoas) se expressem e se tornem seres humanos ativos na construção de uma sociedade mais justa.

A pedagogia de Paulo Freire, com sua ênfase na relação horizontal, no reconhecimento da construção coletiva do saber, oferece uma visão radical e libertadora da educação. A relação horizontal é uma das principais características da educação libertadora, que visa superar a relação vertical e autoritária entre educador e educando ela é um elemento fundamental da educação. A relação horizontal é uma forma de comunicação que se caracteriza pela igualdade e reciprocidade entre os interlocutores, e é uma das principais características da educação libertadora (Freire, 1980, p. 96-98).

Nessa perspectiva, a relação horizontal é fundamental para a educação problematizadora, pois permite que os oprimidos sejam respeitados em sua cultura e se reconheçam através da consciência crítica. Isso os habilita a não aceitar a culturalização imposta pelas elites conservadoras. A culturalização é uma estratégia de dominação utilizada para consolidar uma hegemonia cultural que se reconhece como superior para manter o status quo.

Freire destaca a importância de valorizar e respeitar as culturas locais, promovendo uma educação libertadora que permita aos grupos oprimidos reivindicar sua identidade e sua voz. Essa abordagem educacional é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde os indivíduos sejam capazes de questionar e transformar a realidade social (Freire, 1980).

No entanto, ele também destaca que, ao resistir a essa imposição, os oprimidos podem transformar a cultura em uma arma poderosa contra a opressão, recuperando e afirmando suas identidades culturais” (Freire, 1980, p. 95-96).

Em síntese, com uma consciência crítica, a visão da cultura será um campo de disputa política e transformação social. A verdadeira libertação passa pelo reconhecimento e pela valorização das culturas populares, bem como pela rejeição das tentativas de domesticação

cultural. Ao transformar a cultura em um instrumento de conscientização e resistência, os oprimidos não apenas recuperam seu protagonismo histórico, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. (Freire, 1980)

Através da conscientização, da ação-reflexão e do diálogo, a educação se torna um processo de libertação, no qual os educandos se tornam conscientes de sua capacidade de transformar o mundo. A educação freiriana, portanto, não é apenas um meio de transmissão de conhecimento, mas uma ferramenta de transformação social, capaz de romper com as estruturas opressivas e criar uma sociedade mais justa e igualitária.

2.3 A LEITURA DA VIDA E DAS LETRAS NA DIMENSÃO FILOSÓFICA

A linguagem é um instrumento poderoso que pode ser usado para criar e compartilhar significados, mas também pode ser um obstáculo para a compreensão da realidade. Como defende Francis Ponge no livro *El Hombre y La Cosas* (1960), as palavras podem carregar significados pré-concebidos que nos impedem de ver a realidade de forma objetiva. No entanto, a consciência humana é fundamentalmente livre e responsável por criar seu próprio significado na vida, como defende Jean-Paul Sartre (*El Hombre y La Cosas*, 1960). É nesse contexto que a teoria da educação de Paulo Freire se insere, defendendo que a linguagem pode ser usada de forma criativa e responsável para criar e compartilhar significados, mas também que é importante abordar a linguagem de forma crítica e responsável (Freire, 1989).

A convergência das ideias de Ponge, Sartre e Freire destaca a importância de considerar a complexidade da linguagem e sua relação com a realidade. Enquanto Ponge enfatiza a necessidade de contemplar as coisas sem os preconceitos humanos, Sartre defende a liberdade e responsabilidade da consciência humana em criar seu próprio significado. Já Freire, por sua vez, destaca a importância da linguagem como um instrumento para criar e compartilhar significados, mas também como um obstáculo que pode ser superado por meio da educação crítica e responsável.

Sendo assim, para Paulo Freire a leitura, transcende a simples decodificação de palavras. Ela se constitui como um ato de compreensão do mundo, um processo dialético em que o sujeito se apropria da realidade e a ressignifica (Freire, 1989).

Para Freire, a leitura do mundo precede a leitura da palavra, pois antes de interpretar os signos gráficos, o ser humano experiencia o universo ao seu redor, estabelece relações, reconhece padrões e, a partir dessas interações, constrói seu conhecimento. Essa abordagem se

insere na dimensão filosófica de Paulo Freire porque sua pedagogia, parte da experiência concreta para a reflexão crítica e emancipadora (Freire, 1989).

O processo de leitura, segundo essa perspectiva, é essencialmente indutivo, pois parte da vivência do indivíduo e do contexto sociocultural para alcançar uma compreensão mais ampla. A construção do conhecimento, nesse sentido, se dá em um movimento em que o ser humano percebe seu mundo, reflete sobre ele, e, posteriormente, lê as palavras com um olhar crítico e contextualizado (Freire, 1989).

O texto, assim, não pode ser visto como algo isolado da experiência humana; pelo contrário, ele é uma extensão do universo que nos rodeia e só pode ser plenamente compreendido quando vinculado à realidade vivida e portanto, experienciada.

No pensamento freiriano, a leitura não deve ser imposta como um mero processo mecânico, mas sim como um ato de reflexão e reinvenção. Esse posicionamento encontra ressonância na filosofia da educação crítica, em que a aprendizagem se dá de forma dialógica e problematizadora (Freire, 1980).

Ao propor a educação como um caminho para a conscientização, Freire defende que o ato de ler não pode ser dissociado da vida e das práticas sociais. Por isso, o aprendizado da leitura e da escrita deve partir das palavras que fazem sentido para o sujeito, palavras que emergem de sua própria história e de suas experiências cotidianas (Freire, 1989).

A partir dessa compreensão, a alfabetização não é apenas um processo técnico, mas um ato político e libertador. Para Freire, ensinar a ler e escrever é também ensinar a pensar, a questionar e a transformar (Freire, 1980).

Ele critica a educação bancária, que reduz o aluno a um receptor passivo de informações, e propõe uma educação dialógica, na qual o educando se torna sujeito ativo de sua própria aprendizagem. Dessa forma, o ato de ler e escrever é uma forma de empoderamento, pois permite que os indivíduos compreendam sua realidade e intervenham nela de maneira crítica e consciente (Freire, 1980).

Dentro dessa perspectiva, a leitura da vida precede a leitura das letras, pois é na interação com o mundo que o sujeito desenvolve sua capacidade de interpretação e análise. Freire relata suas próprias experiências de infância, em que a observação da natureza e das relações sociais foi fundamental para a formação de seu pensamento crítico (Freire; Guimarães, 1987).

A compreensão do céu, das árvores, das cores dos frutos e das expressões dos mais velhos se deu antes da leitura das palavras escritas, pois o mundo já era um livro aberto, repleto de significados a serem decifrados. Esse processo de leitura da realidade continua ao longo da

vida, e é por meio dessa experiência que adquirimos um olhar mais aprofundado para interpretar não apenas os textos escritos, mas também os discursos, as relações de poder e os contextos sociais em que estamos inseridos (Freire; Guimarães, 1987).

A indissociabilidade entre leitura da vida e leitura das letras também tem implicações na formação do pensamento filosófico. A filosofia, como um exercício de reflexão e questionamento, parte da experiência vivida para construir concepções sobre a realidade. Nesse sentido, a leitura é um instrumento fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico, pois possibilita que os seres humanos não apenas absorvam informações, mas também as questionem e as ressignifiquem. Freire propõe uma leitura ativa, em que o leitor dialoga com o texto e com sua própria experiência, relacionando os conteúdos escritos com suas vivências e conhecimentos prévios (Freire, 1989).

Dessa forma, a educação libertadora passa por um processo de humanização, no qual o sujeito se percebe como parte de um mundo em constante transformação. A leitura da palavra não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como um meio para a compreensão do mundo e para a ação consciente sobre ele. A reflexão filosófica freiriana enfatiza a necessidade de superar uma educação tradicional e mecanicista, propondo um aprendizado significativo, que esteja enraizado na realidade do educando (Freire, 1980).

Portanto, a leitura, na dimensão filosófica de Paulo Freire, é um ato de compreensão e transformação. Ela vai além do texto escrito e se amplia para a leitura do mundo, possibilitando uma visão crítica e reflexiva da realidade. O ensino da leitura deve, assim, partir do contexto do educando (pessoa), valorizando sua experiência e sua história, para que ele possa não apenas decifrar palavras, mas também se tornar sujeito ativo na construção de seu conhecimento e de sua própria existência (Freire, 1989).

CONCLUSÃO

A presente monografia teve como objetivo principal analisar a dimensão filosófica da pedagogia libertadora de Paulo Freire, no período de 1965 a 1970, com ênfase no segundo capítulo da obra *Pedagogia do Oprimido*. A partir dessa delimitação, a pesquisa estruturou-se em seis eixos temáticos centrais que permitiram o aprofundamento da proposta educacional freiriana em sua totalidade filosófica, ética e política.

No eixo (1), *A contextualização da Pedagogia do Oprimido e sua conexão com Educação como Prática da Liberdade*, foram explorados o contexto histórico e político da América Latina, bem como os impactos do colonialismo, das ditaduras e da exclusão social na configuração de uma educação tradicionalista, marcada pela alienação e pelo autoritarismo. A partir dessa análise, tornou-se possível compreender como Freire propõe uma ruptura com esse modelo, a partir de uma filosofia educativa fundada no diálogo e na consciência histórica.

No eixo (2), *A análise aprofundada do segundo capítulo da Pedagogia do Oprimido*, desenvolveu-se a crítica à educação bancária, caracterizada pela transferência mecânica de conteúdos, pela ausência de diálogo e pela negação do sujeito do conhecimento. Essa crítica constitui o ponto de partida para a construção de uma proposta pedagógica voltada à formação de sujeitos críticos e autônomos, fundamentada na problematização da realidade vivida.

O eixo (3), *A relevância da Pedagogia da Esperança e de Aprendendo com a Própria História*, permitiu compreender como a experiência do exílio de Freire e sua atuação em outros países latino-americanos contribuíram para o amadurecimento de sua proposta filosófica. Sua prática internacional fortaleceu a concepção de uma educação comprometida com a libertação dos povos oprimidos e enraizada em seus contextos socioculturais específicos.

No eixo (4), *Os pressupostos da educação bancária e sua contraposição com os conceitos de extensão e comunicação*, evidenciou-se como Freire aprofunda sua crítica à “extensão” enquanto prática de dominação, reforçando, em contraponto, o papel da comunicação como instrumento pedagógico de transformação. A superação da lógica da extensão e sua substituição por um diálogo autêntico consolidam a dimensão humanista de sua proposta filosófica.

O eixo (5), *A pedagogia problematizadora como práxis libertadora*, demonstrou que a ação-reflexão (práxis) constitui o núcleo central da filosofia educacional de Freire. A pedagogia problematizadora, ao integrar o saber popular à reflexão crítica, transforma o ato educativo em um ato político de resistência e emancipação.

Por fim, o eixo (6), *A leitura da vida e das letras na dimensão filosófica da educação*, sintetiza a proposta freiriana de unir o ato de ler o mundo ao de ler a palavra, enfatizando que a linguagem não é neutra, mas carregada de intencionalidade. A leitura crítica da realidade converte-se, então, em um instrumento de libertação.

Dessa forma, a análise dos seis eixos permitiu evidenciar que a educação proposta por Paulo Freire vai além de uma metodologia pedagógica. Ela configura-se como uma verdadeira filosofia da educação, com base ontológica na incompletude do ser humano, compromisso ético com a libertação dos oprimidos e fundamentação política voltada à democratização das relações sociais.

A pedagogia freiriana revela-se, portanto, uma resposta contundente à lógica tecnicista, meritocrática e empresarial que orienta grande parte da educação contemporânea. Ao enfatizar a dialogicidade, a práxis e a historicidade dos sujeitos, Freire constrói uma concepção de educação radicalmente humanista. O diálogo com autores como Erich Fromm, Jean-Paul Sartre, Francis Ponge e Álvaro Vieira Pinto reforça a solidez teórica de sua proposta e confirma seu vínculo com uma filosofia existencial e transformadora.

A educação, segundo Freire, é um ato de criação e recriação do mundo, um gesto de esperança e um compromisso político com a humanização. Por isso, sua pedagogia exige do educador uma postura ética, aberta à escuta e ao reconhecimento da dignidade dos educandos, rompendo com práticas de domesticação e de silêncio impostas pelas estruturas tradicionais.

Em tempos em que a educação é cada vez mais instrumentalizada, faz-se urgente retomar a proposta freiriana como forma de resistência epistemológica e política. Sua atualidade reside justamente em seu caráter insurgente e na defesa de uma escola comprometida com a justiça social, a liberdade e o reconhecimento do outro como sujeito.

Conclui-se, assim, que a pedagogia de Paulo Freire, especialmente desenvolvida entre os anos de 1965 e 1970, oferece fundamentos sólidos para a construção de um projeto educativo transformador. Mais do que uma teoria crítica da educação, sua proposta constitui um chamado ético-filosófico à ação: educar para libertar, pensar para transformar, ensinar para humanizar.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do "sexo". São Paulo: nº1 edições, 2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Aprendendo com a própria história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FROMM, Erich. **El corazón del hombre**. Fondo de Cultura Economica USA, 1992.

PONGE, Francis. **El hombre y las cosas**. In: SARTRE, Jean-Paul. **Situaciones I**. Buenos Aires: Losada, 1960.

SARTRE, Jean-Paul. **El hombre y las cosas**. In: **Situaciones I**. Buenos Aires: Losada, 1960.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JASPERS, Karl. **Razão e anti-razão em nosso tempo**. São Paulo: Cultrix, 1950.